

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA QUEM? COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO VOLTADA ÀS VULNERABILIDADES SOCIAIS DAS PESSOAS TRANS

Guilherme Goulart Righetto

Doutorando em Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: rghtto@gmail.com

RESUMO: Trata o presente artigo de um recorte sobre as pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2016 a 2019 sobre a temática da competência em informação voltada às vulnerabilidades sociais e aos grupos socialmente minoritários, com ênfase nas pessoas trans, ou seja, e em síntese, aquelas que perpassam a dicotomia homem/masculino e mulher/feminino. A competência em informação pode ser determinada como uma ação que viabiliza a constatação acerca das necessidades de informação da pessoa, observando as questões intrínsecas ao seu uso e independente à situação de vida deste. Voltada aos grupos vulneráveis/minorias sociais, o desenvolvimento da competência em informação tende a ser algo pertinente a ser discutido e pesquisado, afinal, torna-se uma maneira de exercício contínuo para o desenvolvimento social, especialmente em se tratando das pessoas trans. Justifica-se o desenvolvimento das pesquisas pelas seguintes premissas: (1) a precariedade e, por vezes, completa falta de estudos área da Ciência da Informação sobre pessoas comuns/pessoas em situação de vulnerabilidade social; (2) a visível discrepância entre o discurso da área (paradigmas sociais e inclusão), (3) a elitização dos estudos e/ou foco em discussões rasas e que não perpassam a universidade e a (3) ausência de promoção das discussões e práticas para o contexto (caráter técnico predominante). Apresentados os resultados, que incluíram um projeto de extensão e a elaboração de produções científicas, constata-se que é imprescindível a adesão de práticas profissionais voltadas ao uso consciente, concreto e competente da informação às minorias/populações vulneráveis e aos que corroboram com esta situação de estigma, preconceito e segregação social.

PALAVRAS-CHAVE: Competência em informação. Pessoas trans. Vulnerabilidade social. Minorias sociais.

INFORMATION SCIENCE FOR WHO? INFORMATION LITERACY AIMED TO THE SOCIAL VULNERABILITIES OF TRANS PEOPLE

ABSTRACT: *This article deals with an excerpt on the research carried out between the years 2016 to 2019 on the information literacy theme aimed at social vulnerabilities and socially minority groups, with an emphasis on trans people, that is, and in summary, those who pervade the male/masculine and female/feminine dichotomy. Information literacy can be determined as an action that makes it possible to find out about the person's information needs, observing the issues intrinsic to its use and independent of the person's life situation. Focused on vulnerable groups/social minorities, the development of information literacy tends to be something pertinent to be discussed and researched, after all, it becomes a way of continuous exercise for social development, especially in the case of trans people. The development of research is justified by the following premises: (1) the precariousness and, at times, complete lack of studies in the Information Science area about ordinary people/people in situations of social vulnerability; (2) the visible discrepancy between the area's discourse (social paradigms and inclusion), (3) the elitization of studies and/or focus on shallow discussions that do not pervade the university and (3) the lack of promotion of discussions and practices for the context (predominant technical character). After presenting the results, which included an extension project and the elaboration of scientific productions, it appears that it is essential to adhere to professional practices aimed at the conscious, concrete and competent use of information to vulnerable minorities/populations and those who corroborate this situation. of stigma, prejudice and social segregation.*

KEYWORDS: *Information literacy. Trans people. Social vulnerability. Social minorities.*

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA QUEM? COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO VOLTADA ÀS VULNERABILIDADES SOCIAIS DAS PESSOAS TRANS

1. À GUIA DE INTRODUÇÃO

O âmago deste trabalho emergiu, em primeiro momento, como resultado final da Dissertação de Mestrado intitulada “Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina”, defendida em fevereiro de 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC).

O proposto, aqui, foi apresentar o movimento da competência em informação além da elitização acadêmica e restrita às instituições de ensino; é o despertar dessa “metacompetência” como ferramenta efetiva na construção cidadã dos excluídos, menosprezados, estigmatizados e socialmente vulneráveis. Em foco, encontram-se as pessoas trans(gênero), ou seja, aquelas que não se identificam com as atribuições biológicas de nascença (MELERO, 2018).

Trata-se da sedimentação do “papel mais proativo” que Belluzzo (2018) destaca à competência em informação no Brasil: no incentivo à promoção e disseminação de maiores estudos e pesquisas por docentes, pesquisadores, profissionais, grupos de pesquisa e universidades para que seja possível angariar espaços objetivando melhor posicionamento e discussão da temática como tema central e transversal na área de educação, de comunicação e correlatas; junto às bibliotecas em geral, na pesquisa científica e tecnológica, vislumbrando no horizonte o apoio “na definição de políticas públicas e estratégias de ação que são indispensáveis a um país em desenvolvimento como o Brasil” (BELLUZZO, 2018, p. 138).

Contudo, a partir do exponencial crescimento de informação oriundo no século passado e da marca do sistema econômico e produtivo capitalista, emergem novas formas de sociedade, denominadas como sociedade da informação, “sociedade informacional” (CASTELLS, 1999), do conhecimento, bem como novas perspectivas para o desenvolvimento científico. Com o advento da internet e seus atributos, tais como os mecanismos de buscas, as bases de dados e a tecnologia móvel, apresenta-se uma nova configuração social na qual a informação é disseminada de forma efêmera e fragmentada.

Assim sendo, é necessário estar apto para utilizar com entendimento e consciência a informação. Mais do que simplesmente saber manusear a máquina, a grande questão que ronda as relações sociais no panorama da globalização é como lidar, humanizar e compreender as diferenças que podem estar tão perto – numa tela de um dispositivo digital, etc. – e ao mesmo tempo, tão longe da vida das pessoas.

Considera-se pertinente a proposta da competência em informação no que diz respeito à relação simbiótica entre a pessoa e a informação. Para Lau (2007), a competência em informação é um conjunto de habilidades que pode ser aprendida. Contudo, deve-se ter a autonomia – iniciativa ou atitudes que para

se chegar à aprendizagem. A utilização de ferramentas adequadas inferidas em métodos e técnicas, aplicadas individualmente ou em grupo com a supervisão de profissionais proporcionará o desenvolvimento das habilidades necessárias ao uso da informação e o sucesso na aprendizagem desta.

Desta forma, assim como a competência em informação é uma prática social, Wersig e Neveling (1975) consideram como objetivo da Ciência da Informação sua missão social, particularmente no contexto da transferência do conhecimento para aqueles que o precisam. Le Coadic (1996) também a caracteriza como social, alertando que se trata de uma ciência que busca assimilar fatores sociais e culturais, tendo como função social o amparo científico para aqueles que procuram a informação.

Seguindo esta linha, Araújo (2012) considera substancial a abordagem social ou sociocultural da Ciência da Informação, pois os usuários da informação não são seres que vivem em uma realidade paralela, estando inseridos em realidades com significados construídos socialmente. Portanto, reforça-se a importância dos estudos sociais voltados aos segmentos sociais vulneráveis e às suas necessidades de informação.

A competência em informação pode ser determinada como uma ação que viabiliza a constatação acerca das necessidades de informação da pessoa, observando as questões intrínsecas ao seu uso e independente à situação de vida deste (JOHNSTON; WEBBER, 2006). Voltada aos grupos vulneráveis/minorias sociais, o desenvolvimento da competência em informação tende a ser algo pertinente a ser discutido e pesquisado, afinal, torna-se uma maneira de exercício contínuo para o desenvolvimento social, especialmente em se tratando das pessoas trans.

Em conformidade com Suess (2010), a terminologia trans refere-se às pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer – incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, *crossdressers*, não gêneros, multigêneros, de gênero fluído, gênero *queer* e outras autodenominações relacionadas.

Outrossim, desenvolver a competência em informação é uma forma de promover a cidadania e forma de apoio social. Paludo e Koller (2004) inferem que o apoio social é um dos elementos de proteção com maior intervenção positiva no desenvolvimento humano. É associado à relação que o indivíduo tem com o sistema social que está inserido e na forma como as conexões interpessoais suprem certas necessidades ou funções. O apoio social consiste na verbalização de informações, na redução dos efeitos do estresse, no suporte em momentos de crise, de doença, e em diversas circunstâncias que visam à harmonia social (PALUDO; KOLLER, 2004).

O apoio pode ser classificado como: emocional e afetivo, que diz respeito à qualidade e à sustentação dos laços, constatado nas manifestações de amor, de afeto e de confiança; informacional e instrumental ou material, por meio de informações e de ajuda no caso de problemas cotidianos e de saúde,

por exemplo; e as interações positivas, que visam a participação em ações que dão prazer e bem-estar (COSTA; DELL'AGLIO, 2009).

Acredita-se, no entanto, que outra forma de apoio social se valida por intermédio de estudos/discussões sobre a temática da competência em informação sobre e para os que se encontram às margens da sociedade, – pessoas em grupos vulneráveis e parte de uma minoria – impulsionando no protagonismo social, no empoderamento e na libertação, ao visibilizar e incluir socialmente estas pessoas pra que futuramente, possam participar ativamente como cidadãos – de assumir o controle do próprio destino, de ter voz ativa na sociedade (GARRAFA, 2005; FARIAS; VARELA, 2017).

Feita a breve contextualização das problemáticas envolvidas, justifica-se aqui os motivos que, em síntese, nos guiaram às pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2016 a 2019: (1) a precariedade e, por vezes, completa falta de estudos na CI sobre pessoas comuns/pessoas em situação de vulnerabilidade social; (2) a visível discrepância entre o discurso da área (paradigmas sociais e inclusão), (3) a elitização dos estudos e/ou foco em discussões rasas e que não perpassam a universidade e a (3) ausência de promoção das discussões e práticas para o contexto (caráter técnico predominante).

2. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Existem algumas definições e traduções do termo *information literacy*, mas em síntese, o conceito enfatiza o “aprender a aprender” e a necessidade de aprender ao longo da vida na sociedade da informação e do conhecimento (CENDÓN; COSTA, 2012). Utilizaremos aqui a tradução “competência em informação”, e a percepção que abrange a ideia do “aprender a aprender”, ou seja, o desenvolvimento de um conjunto de habilidades, conhecimentos, valores, comportamentos e atitudes das pessoas para alcançar a condição de cidadão no que concerne à informação.

Por competência, Gonzalez (2012) aponta quatro pressupostos: atitude por meio da iniciativa, ou seja, da inteligência prática; conhecimento, isto é, experiência pessoal anterior adquirida no assunto; habilidade, realizada na capacidade de produzir algo; e liberdade para decidir. A competência em informação agrega estes pressupostos ao favorecer a compreensão de situações em constante mutação, na atualização tecnológica referente aos recursos informacionais e nas necessidades de informação do coletivo. (DUDZIAK, 2008).

Um dos conceitos mais utilizados universalmente na definição de competência em informação é o da ALA (2000): trata-se do “conjunto de habilidades indispensáveis ao ser para reconhecer quando uma informação é necessária e ter habilidades para localizá-la, avaliá-la e usá-la eficazmente”. (ALA, 2000).

A informação, quando reconhecida como necessária e convertida em conhecimento, torna-se bem social de intervenção da realidade e mecanismo de transformação social. No prisma da competência em

informação, as pessoas desenvolvem aptidões para utilizar a informação na prática e compreender fenômenos, resolver questões, tomar decisões, ter noção de seu espaço na sociedade, incluindo seus direitos e deveres, além de edificar o conhecimento nas esferas pessoal, educacional e profissional. (SANTOS, 2017).

Uma conjuntura social competente em informação é hábil a exercer sua cidadania, ou seja: as pessoas têm a capacidade de distinguir a fidedignidade das informações em qualquer contexto, são capazes de reconhecer e usar fontes de informação adequadas e percebem as lacunas existentes.

A premissa de sociedades (da informação, do conhecimento, pós-moderna...) igualmente competente em informação, entretanto, ainda é uma utopia, haja vista a discrepância de divisão dos ativos financeiros, materiais e educacionais disponíveis. Nessa instância, as pessoas tendem a tornarem-se socialmente vulneráveis. (OTTONICAR; VALENTIM; PERES, 2015).

2.1. A multidimensionalidade da vulnerabilidade social

Oriundo do movimento de Direitos Humanos, o termo vulnerabilidade foi solidificado na década de 80 na saúde pública ao tratar da epidemia do HIV/AIDS. As características da epidemia, a forma que ela foi atingindo grupos, de diversos modos e em diferentes países, fez com que se articulasse a incidência do vírus com o cenário socioeconômico, buscando inferir quais os grupos sociais e pessoas poderiam estar entre os possíveis vulneráveis à epidemia. Assim, os termos riscos e população de risco foram, gradualmente, substituídos pelo termo vulnerabilidade. (CORREA; SOUZA, 2011).

O termo vulnerabilidade também se refere à exclusão econômica e social. Nesse panorama, uma pessoa ou um grupo torna-se vulnerável quando ocorre uma situação que o leva a quebrar seus vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações (ADORNO, 2001). Diz respeito à possibilidade de sofrer um declínio no bem-estar, em particular uma queda abaixo de um limite mínimo de referência ou de pobreza. Este declínio é provocado por choques contra os quais a proteção é dispendiosa ou não é possível. Os choques podem afetar os seres, por exemplo, por perda/falta de emprego, acidente ou morte. Eles também podem atacar comunidades inteiras, como aldeias, regiões ou grupos socioeconômicos particulares. (DUCLOS, 2002).

A medida da vulnerabilidade é particularmente importante para monitorar o bem-estar dos minoritários. Por causa das circunstâncias já difíceis destas pessoas, os resultados da vulnerabilidade são tipicamente mais severos para estas. Também são muitas vezes mais vulneráveis devido suas características (ou seja, sua exposição), incluindo um menor nível de ativos para protegê-los, um menor acesso aos seguros e a insumos e mercados de saída (para isolá-los), um menor acesso à proteção pública e um menor nível de capacitação. (DUCLOS, 2002).

A vulnerabilidade traz consigo a ideia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo –

a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e mensurar em quais circunstâncias essas pessoas tem acesso ao ofertado. (ADORNO, 2001).

Assim, a vulnerabilidade representa a busca para a erradicação de preconceitos e a possibilidade da construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É a busca por mudança de foco no tratamento das populações-alvo dos programas sociais. (ADORNO, 2001).

Estes pontos sobre a vulnerabilidade voltada às pessoas e os processos sociais de acesso – ou a falta deles – nos reportam à vulnerabilidade social, categoria de vulnerabilidade concernente à estrutura da sociedade e seus componentes. Os primeiros trabalhos sob a luz da vulnerabilidade social foram realizados pela motivação de uma abordagem mais ampla e extensa que ancorasse as diversas modalidades de desvantagens sociais e não apenas a pobreza. (CORREA; SOUZA, 2011).

Segundo Monteiro (2011), a temática vulnerabilidade social não é nova, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada em diferentes disciplinas das Ciências Sociais há certo tempo. A vulnerabilidade social é caracterizada por um complexo campo conceitual, constituído por variadas concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, etc. Ainda que o tema venha sendo trabalhado ao longo de anos, ressalta-se que seu conceito está em constante construção, visto sua magnitude e complexidade. A emergência da temática se dá nos anos 1990, com a fadiga da matriz analítica da pobreza, limitada a questões econômicas. (MONTEIRO, 2011).

Apesar de sua frequente discussão ao longo das últimas décadas, tal expressão não possui um significado único e consolidado na literatura, denotando seu caráter multidimensional e amplo. Prova disso é que para Prowse (2003), enquanto certos estudos tratam a vulnerabilidade entrelaçada à pobreza, outros a delimitam como sintoma angular da pobreza e ainda há quem a caracterize como uma das dimensões da pobreza.

Assim como os conceitos de necessidades básicas insatisfeitas ou pobreza multidimensional, a vulnerabilidade social vem ascendendo conforme a autenticação que a categoria pobreza, sem qualificação própria, é limitada e incapaz de expressar as complexas situações de mal-estar social (ao contrário do *welfare state*) a que diversos grupos e populações estão sujeitas. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018).

Conforme o modelo teórico construído por Castel (1998), a afiliação das pessoas na estrutura social se dá mediante seu acesso a dois campos primordiais, simultaneamente: (1) o **mundo do trabalho**, incluindo os seus riscos e proteções; (2) e o das **relações de proximidade**, denotadas pelas relações familiares, de amigos e demais relações sociais e em grupo, que viabilizariam proteção e segurança.

Consoante a esse entendimento, a conjuntura social das pessoas seria decorrente da densidade de sua inserção em cada um dos campos apontados. Por sua vez, cada campo contemplaria três níveis de inserção. Para o mundo do trabalho, as inserções se dariam pelas vias do (1) **trabalho estável**, regido por contrato indeterminado e com direitos e proteções aos danos sociais; (2) do **trabalho precário**, aquele sem contrato ou por contrato de curta duração, revogados os direitos e proteções trabalhistas; e (3) a não inserção, disposta pela situação do não trabalho (desemprego ou impossibilidade de trabalhar). (CASTEL, 1998).

Quanto ao campo das relações de proximidade, as pessoas estariam propícias a experimentar inserções (1) fortes (amparadas no alicerce familiar seguro, ciclo de amizades permanentes e parceiros estáveis); (2) frágeis (representadas pelas relações instáveis e inseguras); ou, ainda, (3) nenhuma inserção, o que consistiria no isolamento social. (CASTEL, 1998; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018).

A partir desses dois campos e suas respectivas variações, Castel (1998) qualifica três zonas sociais de inserção:

- a zona de integração, constituída mutuamente entre as inserções em trabalho estável e as relações de proximidade sólidas;
- a zona de desfiliação, situada no eixo oposto e demarcada pelo não trabalho e pelo isolamento relacional (caso dos sem-teto, etc.); e
- a zona de vulnerabilidade, localizada entre os dois eixos e delimitada pela inserção precária no trabalho e pela fragilidade das relações de proximidade.

A manifestação do conceito vulnerabilidade social, então, é assinalada para descrever a condição social daqueles atores sociais situados entre a integração e a desfiliação social. Esse entendimento, contudo, deve ser interpretado de forma dinâmica, já que, na prática, os atores podem transitar entre estas zonas ao longo da vida, embora exista o “lugar estratégico” da zona de vulnerabilidade: “É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária em sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional” (CASTEL, 1998, p. 26).

Ainda assim, esta zona vem sofrendo grande expansão desde o fim do século XX e a propagação processual de flexibilização, precarização e fluidez laboral, reduzindo compulsoriamente os direitos e proteções garantidos em outrora.

Compreende-se, de acordo com o discorrido, que a vulnerabilidade social conjectura uma mescla de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a pessoas ou grupos, podendo ser insuficientes ou inadequadas para o aproveitamento das oportunidades sociais. O desenvolvimento dessa relação, muito possivelmente, irá mensurar o grau de deterioração na qualidade vida destas pessoas/grupos. (MONTEIRO, 2011).

Destarte, a redução dos níveis de vulnerabilidade social se viabiliza a partir do acesso aos bens e serviços pelos subalternizados, ampliando o universo material e simbólico, bem como as condições de mobilidade social. Um exemplo de mecanismo no fortalecimento social é disposto pela elaboração e realização de políticas públicas (MONTEIRO, 2011), divergente e antônimo do assistencialismo.

2.2. Competência em informação e vulnerabilidade social: conjecturando proximidades

A discussão sobre o desenvolvimento da competência em informação no âmbito da vulnerabilidade social e das minorias sociais – visto que estas abrigam os grupos socialmente oprimidos (BAYLÃO, 2001) – é importante e fundamental para o suprimento às **necessidades de informação** de pessoas ou grupos socialmente vulneráveis. O processo de desenvolvimento da competência em informação na sociedade envolve, entre outras habilidades, assimilar as contínuas mudanças tecnológicas. Não se limita apenas ao uso das tecnologias disponíveis, vai além e envolve práticas de informação que influenciam nos campos pessoal, social e profissional. (BRUCE, 2002).

A competência em informação é parte do processo educacional e, portanto, um dos direitos do ser humano. Em contrapartida, o documento “Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes” (UNESCO, 2009) aponta que a cobertura dos programas governamentais e não-governamentais continua sendo, em geral, limitada às necessidades e à demanda efetiva, marginalizando as populações rurais, indígenas e afrodescendentes, migrantes, pessoas com necessidades especiais e privadas de liberdade ao manter e aumentar a exclusão, ao invés de reduzi-la.

Um dos principais temas das pautas de discussões contemporâneas referentes à cidadania e às desigualdades sociais consiste na análise do planejamento, implementação e avaliação das estratégias que visam superar os preconceitos e promover a igualdade e inclusão social. A efetivação da cidadania tem como base o reconhecimento da sociedade como plural e diversa. Esta visão complementa as teorias democráticas tradicionais e amplia as possibilidades de viabilizar meios para a inclusão efetiva das demandas e de seus componentes. (COACCI, 2015).

A competência em informação é um dos componentes de emancipação cognitiva do ser humano. Hoje, e, considerando a vulnerabilidade social, a predisposição de localizar informações, assimilá-las e incorporá-las como conhecimento adquirido, seja em âmbito profissional e/ou pessoal tem valor inestimável. A compreensão das diferenças sociais é um dos desafios da sociedade, em esfera global. Em determinados locais do mundo, pessoas morrem de fome e de doenças, enquanto em outros locais as pessoas adoecem por excesso de comida. Apesar das facilidades e amplitude que as TIC trouxeram, houve também “desequilíbrio e exclusão, construindo um conhecimento novo, que vem para despertar em cada um a busca pela mudança”. (BARI, 2010, p. 349).

Sob este foco, a contemporaneidade apresenta um desafio mais amplo para a Ciência da Informação: se em princípio, a preocupação era voltada ao desenvolvimento de ferramentas e meios para a recuperação da informação nos suportes disponíveis de conhecimento, atualmente há a necessidade de educar as pessoas, pois estas têm o direito de usufruir do conhecimento constituído pela humanidade e sistematizado pelas áreas em questão. O conceito e a aplicabilidade da competência em informação se tornam gradativamente interdisciplinares, ocorrendo uma junção de teorias, desde o campo da educação até outros campos da ciência. (BARI, 2010).

No quesito educação, a competência em informação está diretamente relacionada ao aprender a aprender e ao senso crítico: é o agrupamento da noção e conhecimentos essenciais para se discernir quando a informação é necessária para solucionar um problema ou para a tomada de decisão, tanto quanto unir esta informação exata em terminologias e vocabulário pesquisáveis, para que, na sequência, seja possível localizar as informações de forma eficaz, recuperar, compreender, estruturar e avaliar sua pertinência e compartilhar com outras pessoas. (HORTON JR., 2008). E mais: a pessoa competente em informação sabe a maneira de se beneficiar dos conhecimentos existentes para compreendê-los e integrá-los em seus próprios conhecimentos (LAU, 2007). Nesta confluência, estamos nos referindo não a uma *mera* competência, mas a uma metacompetência (*metaliteracy*), revestida de dimensões e de características que a tornam fundamental na sociedade.

Portanto, é necessário que os cidadãos compreendam como a informação e os conteúdos podem ser acessados, como esses conteúdos se originam, como são criados, financiados, protegidos, avaliados e compartilhados. Esses mesmos cidadãos precisam conhecer as funções, os papéis, os direitos e obrigações das instituições de informação e mídia na sociedade, as potenciais oportunidades, desafios e o potencial abuso recorrente com populações minoritárias específicas, como idosos ou mulheres – e/ou qualquer pessoa em geral (UNESCO, 2013).

Dentro deste entendimento, o *Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias* foi proposto no XV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XV CBBBD) justamente nesse contexto, ao apontar tal competência como fator crítico e inerente ao desenvolvimento social, cultural e econômico em território brasileiro na contemporaneidade, merecendo atenção especial no concernente à mobilização da sociedade civil e dos órgãos governamentais para a sua inclusão às ações de democracia e exercício pleno da cidadania (MANIFESTO..., 2013).

Acredita-se que o país necessita imediatamente reavaliar suas políticas direcionadas às populações vulneráveis/minorias, compreendidas como aqueles que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, especialmente no

que tange às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia com fins em sua efetiva inclusão social (MANIFESTO..., 2013).

A competência em informação, sem embargo, deve ser assimilada como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio ser e vital à sua sobrevivência. É preciso criar discussões, ações e programas/iniciativas que validem essas afirmações, inserindo a referida competência neste cenário, de modo a suscitar efetividade em prol da consciência e dos direitos cidadãos (MANIFESTO..., 2013).

Por conseguinte, se pensarmos que a cidadania é também uma construção educacional/contínua e nessa construção o acesso à informação e ao saber são instrumentos de crescimento econômicos e sociais (DEMO, 1996), podemos vincular a relevância das diversas profissões atreladas à educação, o papel destas para a cidadania, e nesta perspectiva, insere-se a missão real da CI como necessária para os grupos vulneráveis/minorias, enfatizando aqui as pessoas trans.

No contexto brasileiro, e se tratando em específico da competência em informação, ainda existem poucos estudos sobre o desenvolvimento dessa competência voltada às pessoas trans e à população LGBTQ+. Para Belluzzo (2018), as temáticas “Competência em informação e Inclusão social e digital”, “Competência em informação e Cidadania e aprendizado ao longo da vida” e “Competência em informação e Diferentes grupos/comunidades” demonstram a preocupação – ainda que embrionária – com focos de atenção considerados basilares e que envolvem as principais linhas de ação da competência e informação.

No entanto, mereciam maior interesse da área/profissionais, uma vez que apresentam uma trajetória histórica que possibilitou constatar que a noção de competência em informação sofreu alterações ao longo do tempo, em conformidade com as questões sociais. As possibilidades de aplicação da competência em informação não devem se restringir a programas de ensino, tampouco em atividades e espaços profissionais; é preciso perpassar a visão de simples elaboração de material instrucional e de apoio ao manuseio das tecnologias para a aprendizagem; pressupõe focalizar em abordagens sociais (inclusão, cidadania e inclusão digital), principalmente, em países em desenvolvimento como o Brasil (BELLUZZO, 2018).

Quanto às produções acadêmicas/programas brasileiros, tais temáticas ainda são igualmente irrisórias conforme Belluzzo (2018) infere. Por conseguinte, essa lacuna assegura a necessidade de maiores estudos e pesquisas que possam consolidar as referidas áreas no contexto brasileiro, visto a influência no acesso e uso da informação mediante mídias e tecnologias inovadoras.

Os impactos e benefícios tecnológicos na vida contemporânea são incontestáveis; porém, é sabido que grande parte da população ainda se encontra à margem da utilização consciente e plena desses recursos, necessitando de mediação adequada devido à complexidade das novas habilidades e a

necessidade da existência de políticas públicas que possam garantir a informação para todas as pessoas (BELLUZO, 2018).

Apesar disso, e paulatinamente, alguns esforços foram empreendidos: um deles é o projeto de extensão já concluído em 2018 e intitulado “Competência em informação da população LGBTQ+, por meio das dimensões técnica, estética ética e política”. Oriundo a partir das lacunas encontradas para a feição desta pesquisa, o projeto é coordenado pela professora Elizete Vieira Vitorino (líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação – GPCIn) com a participação de um doutorando e dois graduandos (um homem cis *gay* e uma mulher trans).

O referido projeto foi aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2017 e a execução se deu durante o ano de 2018 em parceria com a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH). Dentre os feitos do Projeto, ressaltam-se:

- 1) Implementação do Observatório LGBTQ+ no site do GPCIn, criado em parceria com os alunos das disciplinas CIN7508 – Fontes de Informação especializadas e CIN 7306 – Competência em Informação, nos semestres 2018-1 e 2018-2. Atualmente, o observatório encontra-se disponível no menu à direita no *site*¹.
- 2) Divulgação do projeto no catálogo de extensão 2018 da UFSC.
- 3) Elaboração e apresentação oral de artigo no Congresso Brasileiro de Extensão (CBEU 2018), intitulado “COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQ+ DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, SC, POR MEIO DAS DIMENSÕES TÉCNICA, ESTÉTICA, ÉTICA E POLÍTICA” (VITORINO; RIGHETTO; MOREIRA; MARTINS, 2018). com autoria de Elizete Vieira Vitorino; Guilherme Goulart Righetto; Renata Moreira e Yuri Dutra Martins².
- 4) Oficina ministrada no Painel de Biblioteconomia em Santa Catarina 2018, com o título: Competência em Informação e Minorias Sociais: necessidades e fontes de informação, ministrantes: Elizete Vieira Vitorino, Dra., e Guilherme Goulart Righetto, Mestre. Neste mesmo evento foi apresentado o artigo “Possíveis fontes de informações voltadas para o público LGBTQ+”, elaborado pelos discentes do curso de Biblioteconomia da UFSC Hugo Victor da Silva Patrick e Steffen Esnarriaga dos Santos, sob a orientação da Profa. Elizete Vitorino³.
- 5) Oficina ministrada na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC (SEPEX 2018), com o título “Competência em informação no contexto social: corporeidades, subjetividades e

¹ Disponível em: <https://gpcin.ufsc.br/projeto-de-extensao-em-andamento/>.

² Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1oczwhpj2tqFbXdVi9exVgP8UcXAEz_ZF/view.

³ Disponível em: https://442b6224-adcc-47f2-80e9-7aa9f6ee3160.filesusr.com/ugd/631f6e_22bfc938c2b74ea3990f03fd312a42c9.pdf.

cidadania”, ministrada por Elizete Vieira Vitorino e Guilherme Goulart Righetto e com o apoio dos bolsistas Renata Moreira e Yuri Dutra Martins.

- 6) Publicação da obra intitulada “#TRANSliteracy: competência em informação voltada às pessoas trans*” (RIGHETTO; VITORINO, 2019a) e de outras pesquisas sobre a competência em informação voltada às pessoas trans (RIGHETTO; CUNHA; VITORINO, 2019; RIGHETTO; VITORINO, 2017; 2018; 2019b).

Cabe destacar que o viés do projeto buscou desenvolver a competência em informação da população LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros e demais identidades) da Grande Florianópolis, por meio das dimensões técnica, estética, ética e política e, em específico, (a) identificar as necessidades de informação da população LGBTQI+ com vínculo na ADEH; (b) compilar fontes de informação, com foco nas necessidades de informação da população LGBTQI+ com vínculo na ADEH; (c) realizar oficinas sobre o uso das fontes de informação selecionadas para a população LGBTQI+ com vínculo na ADEH, com base nas dimensões técnica, estética ética e política e, (d) analisar a competência em informação desenvolvida da população LGBTQI+ com vínculo na ADEH, com base no modelo de *Information Search Process* (ISP) de Carol Kuhlthau.

Se vislumbra que a tríade ensino-pesquisa-extensão se debruça na efetivação da cidadania: o reconhecimento da sociedade como plural e diversa, estendendo as teorias democráticas tradicionais e possibilidades de viabilizar meios para a inclusão social. Destarte, a aprendizagem ao longo da vida, pressuposto básico da competência em informação, se manifesta como continuidade nas redes de apoio às minorias (COACCI, 2015).

O fator propulsor desta proposta é visível: a competência em informação na sociedade é uma realidade, porém não é igualitária. Ser competente em informação implica em ser potencialmente capaz e independente para realizar escolhas simples ou complexas, a partir de necessidades de informação que, se identificadas, podem promover a cidadania e efetivar a sociedade democrática às populações vulneráveis. Além disso, o acesso e uso da informação são fundamentais na efetivação das liberdades humanas e na contribuição para os vários pilares do desenvolvimento humano, principalmente quanto à emancipação das pessoas (DÜRMAIER, 2009).

Acredita-se que um dos grandes desafios da sociedade é o aprofundamento das desigualdades sociais em relação ao acesso e uso da informação, e isso requer a intervenção em níveis locais e globais porque a informação deixa de ser apenas um estoque e passa a ser um problema social e a ter valor como geradora de conhecimento (BELLUZZO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que “portas devem ser abertas” para o desenvolvimento da competência em informação nas pessoas em situação de vulnerabilidade social. Destarte, torna-se necessária a ampliação de estudos empíricos sobre as temáticas abordadas, em conjunto, considerado um dos desafios parcialmente vencidos nesta obra. A necessidade de estudos na área se dá, sobretudo, pela ausência de diálogos/pesquisas científicas que unam as referidas temáticas.

A expressão de Belluzzo (2014) contesta a premissa: a ascensão e a importância da competência em informação para o Brasil nos últimos anos indicam fortemente a necessidade de compartilhamento de experiências e vivências aplicáveis à realidade brasileira, em detrimento aos desafios que exigem e implicam na redução das iniquidades sociais e desigualdades regionais, relativo principalmente às políticas de acesso e uso da informação para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida.

No contexto de vulnerabilidades sociais das pessoas trans, o desenvolvimento da competência em informação deve ser tratada de maneira mais aprofundada, considerando a diversidade e as especificidades da demanda social, tanto internas quanto as coletivas, além da interdisciplinaridade empírica e consistente, que faça a informação e as habilidades que tornam o ser competente em informação ser contemplada para aqueles que mais a necessitam.

Assim sendo, a criação de declarações, manifestos ou formas outras de solidariedade de nada valem se não há efetivamente a aderência em campo e a interdisciplinaridade prática da área/profissional. Nesse sentido, a reflexão sobre a missão da CI na pós-modernidade como uma ciência social e pós-moderna em prol aos socialmente vulneráveis torna-se vital para a significação da área em si. Logo, entende-se que é fundamental a proatividade e a empatia como virtudes basilares para se fazer a real inclusão social/digital, ou seja, uma força motriz com capacidade para modificar e readequar a sociedade para se chegar ao protagonismo social – da ciência, do cientista, do profissional e da sociedade, incluindo fatores como o empoderamento, a liberdade e a emancipação – e alcançar as demandas reais e potenciais.

Portanto, cabe a nós, profissionais, pesquisadores ou equivalentes – *peessoas, antes de tudo!* – quais condutas comportamentais e profissionais adotar, no intuito de amenizar a falta de informação e as barreiras construídas pelo preconceito e opressão existentes. É importante ressaltar também que as pessoas trans (T) têm particularidades mais densas em relação ao restante da população LGBTQI+, e por isso, precisam de apoio incondicional e irrestrito.

Por fim, se aponta que é imprescindível a adesão de práticas profissionais voltadas ao uso consciente, concreto e competente da informação às minorias/populações vulneráveis e aos que corroboram com esta situação de estigma, preconceito e segregação social. O uso da informação é uma prática social, e a competência (do uso) em informação só faz sentido quando se destina aos interesses que

orientam o fazer empírico, os fenômenos que a movem e a reação pelas ações aderidas para a sociedade. Ademais, não existe cidadania competente em informação sem a participação, a igualdade e a liberdade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (AAPCS), 2001.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Illinois (EUA): ALA, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/standards/standards.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 22, n.1, p. 145-159, 2012.

BARI, Valéria Aparecida. A relação entre a inclusão social na Universidade Brasileira e o desenvolvimento da Competência Informacional: implicações no campo teórico da Ciência da Informação e na prática de seus agentes sociais. In: XI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2010.

BAYLÃO, Raul Di Sergi. Um conceito operacional de minorias. **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, Brasília, v. 17, n. 9, p. 209-233, jan./jun. 2001.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O conhecimento, as redes e a competência em Informação (CoInfo) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, Número Especial, p. 48-63, out. 2014.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. 215 p.

BRUCE, Christine Susan. **Information literacy as a catalyst for educational change: A Background Paper**. Paper commissioned for UNESCO, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENDÓN, Beatriz Valadares; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira. Programas de Formação de Usuários para o Desenvolvimento de Competências Informacionais. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 17, 2012, Gramado, RS. **Anais...**, Gramado, 2012.

COACCI, Thiago. DO HOMOSSEXUALISMO À HOMOAFETIVIDADE: DISCURSOS JUDICIAIS BRASILEIROS SOBRE HOMOSSEXUALIDADES, 1989-2012. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 21, p. 53-84, dez. 2015.

CORREA, Carolina Salomão; SOUZA, Solange Jobim e. Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. **Fractal**, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 461-486, dez. 2011.

COSTA, Leticia Graziela; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social**. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; KOLLER, Silvia Helena (Eds.), *Adolescência e juventude: Risco e proteção na realidade brasileira* (p. 219-263). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 176p.

DUCLOS, Jean-Yves. **Vulnerability and poverty: a few distinctions**. 2002. Disponível em: <https://www.pep-net.org/sites/pep-net.org/files/typo3doc/pdf/I-vulnerability-poverty-duclos.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

DUDZIAK, Elizabeth A. Os faróis da Sociedade de Informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 41-52, maio/ ago. 2008.

DÜRMAIER, Ana Thereza de Miranda Cordeiro. Do conceito e da medida da pobreza de informação e comunicação. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 19, n. 3, p. 133-143, 2009.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida. A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira. **Investig. Bibl.**, v. 31, n. 73, p. 91-110, dez. 2017.

GARRAFA, Volnei. Inclusão social no contexto político da bioética. **Rev. Bras. Bioética**, v. 1, n. 2, p. 122-132, 2005.

GONZALEZ, Leonise Verzoni. **COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS: um estudo com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS)**. In: *Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, 17, 2012, Gramado, RS. **Anais...** Porto Alegre, 2012.

HORTON JR., Forest Woody. **Understanding information literacy: a primer**. Paris: UNESCO, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Texto para discussão**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2364b.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.

JOHNSTON, Bill; WEBBER, Sheila. As we may think: information literacy as a discipline for the information age. **Research Strategies**, v. 20, n. 3, p. 108-121, 2006.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Boca Del Rio: IFLA, 2007. Tradução para o português por Regina Célia Baptista Belluzzo, jul. 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MELERO, Maria Beatriz. **Metade dos brasileiros não sabem o que significa ser trans, diz pesquisa**. Revista Cláudia, 2 jun. 2018. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/metade-brasileiros-nao-sabem-transgenero-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 19 maio 2020.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., **Anais...** Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. 2013.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO MERCOSUL, 3., 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas, SEPOME, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes**. Brasília: UNESCO, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Media and Information Literacy: Policy and Strategy Guidelines**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225606>. Acesso em: 19 maio 2020.

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; FERES, Glória Georges. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. **Revista IberoAmericana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 124-142, out. 2015.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena. **Inserção ecológica no espaço da rua**. In: KOLLER, Silvia Helena (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (p.123-154). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PROWSE, Martin. **Towards a clearer understanding of 'vulnerability' in relation to chronic poverty**. Oxford: University of Manchester, 2003. (CPRC Working Paper, n. 24).

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB), 2017, Marília - SP. **Anais do XVIII ENANCIB**, 2017.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina. In: XIX Encontro nacional de pesquisa em Ciência da Informação, 2018, Londrina. **Anais do XIX ENANCIB**, 2018. p. 1577-1592.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. **#TRANSliteracy: competência em informação voltada às pessoas trans***. 1. ed. Pimenta Cultural, 2019a. 253p. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/transliteracy>. Acesso em: 19 maio 2020.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. The 'meeting' of information literacy with the trans people narratives. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 29, p. 109-128, 2019b.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da; VITORINO, Elizete Vieira. O papel social do bibliotecário voltado às pessoas trans: aproximações teóricas. **Em questão**, v. 25, p. 212-238, 2019.

SANTOS, Camila Araújo dos. **Competência em Informação na formação básica dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica**. 2017. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita - Campus de Marília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_ca_do.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

SUESS, Aimar. **Análisis del panorama discursivo al redor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales**. In: MISSÉ, Miquel; COLLPLANAS, Gerard (ed.). *El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona, Madrid: EGALES, 2010

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The information scientist**, v. 9, n. 4, 1975.